

PARECER N.º 30/CITE/2001

Assunto: Parecer prévio ao despedimento de trabalhadora, nos termos do art.º 24 da Lei n.º 4/84, de 5 de Abril, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 142/99, de 31 de Agosto, e pelo Decreto-Lei n.º 70/2000, de 4 de Maio
Processo n.º 69/01

I - OBJECTO

- 1 Em 21.11.01, a CITE recebeu da Gerência da Confeitaria "... " uma carta acompanhada de cópia do processo disciplinar movido por esta entidade à trabalhadora grávida - Sra D. ...
- 2 Na carta, a Gerência da empresa informa a CITE que a "... arguida não cumpre qualquer dos requisitos previstos nas alíneas a), b) ou c) do art.º 2.º da Lei 4/84 de 5 de Abril, ... uma vez que nunca entregou na entidade patronal ... atestado médico comprovativo da sua gravidez; e, de o presente processo disciplinar não pretender mais do que confirmar uma declaração extintiva, ainda que tácita, da relação laboral ...; e ainda informa que "... vem dar, por mera cautela, cumprimento ao disposto no art.º 24.º da Lei n.º 4/84, de 5 de Abril, na redacção do D.L. n.º 70/2000, de 4 de Maio".
- 3 Do processo constam, para além da correspondência trocada entre a trabalhadora e a entidade empregadora, entre o instrutor do processo e a trabalhadora, cópias do relatório final, da nota de culpa, do recibo de pedido de bilhete de identidade e cartão de contribuinte da arguida, do modelo RV1009-DGRSS, da resposta à nota de culpa, da carta enviada ao Centro Regional de Segurança Social de ... pela trabalhadora em 13.09.01, do depoimento de três testemunhas apresentadas pela entidade patronal, do depoimento de três testemunhas apresentadas pela arguida, do despacho de indeferimento proferido pelo instrutor do processo relativo à audição da testemunha apresentada pela arguida - ..., da correspondência enviada à trabalhadora pela entidade empregadora, e dos ofícios enviados pela CITE à entidade patronal e à trabalhadora solicitando a junção aos autos de elementos que considerem relevantes para a análise do processo.
- 4 A nota de culpa integra as seguintes acusações:
 - 1.4.1. A trabalhadora arguida foi admitida ao serviço da empresa em 28 de Maio de 2001, para desempenhar as funções correspondentes à categoria de empregada de balcão.
 - 1.4.2. O desempenho de tais funções implicava que a arguida tivesse que efectuar a sua prestação de trabalho aos domingos, "... facto que nunca foi do seu agrado", tendo por isso mesmo sido inicialmente acordado que efectuaria a sua prestação de trabalho a título experimental.
 - 1.4.3. Findo o período experimental e no sentido de regularizar a situação, "... Em inícios do mês de Julho, a entidade empregadora solicitou à trabalhadora -arguida a apresentação dos documentos necessários à inscrição desta na Segurança Social (cartão de Beneficiário, número fiscal e Bilhete de Identidade).
 - 1.4.4. A arguida protelou, até meados do mês de Agosto do corrente ano, a entrega da documentação referida no ponto 1.4.3. "... justificando-se com a caducidade do seu Bilhete de Identidade", pretendendo assim "... continuar a trabalhar indefinidamente em período experimental ...".
 - 1.4.5. Em 24 de Agosto passado, a trabalhadora entregou à entidade patronal um documento comprovativo da renovação do seu bilhete de identidade e, em simultâneo, informou do seu estado de gravidez, exigindo que a empresa pagasse à Segurança Social as contribuições devidas não só desde 28.05.01, mas também desde o início do ano de 2001.
 - 1.4.6. Tal exigência feita pela arguida não foi atendida, sendo a mesma advertida que a arguente "não pactuaria com fraudes", nem pagaria os descontos para a Segurança Social relativos aos três meses de trabalho por ela prestados.
 - 1.4.7. A 12 de Setembro, mantendo-se a arguida ao serviço, a arguente solicita-lhe a assinatura das folhas da Segurança Social, facto a que a trabalhadora se recusa, por não ter sido satisfeita a sua pretensão referida no ponto 1.4.5.
 - 1.4.8. Em 13 de Setembro passado, a trabalhadora, na presença do seu cônjuge, solicitou à arguente que lhe fossem facultadas "... as folhas da Segurança Social para "analisar na

sua residência”, pedido ao qual a arguente não se opôs.

- 1.4.9. Nesse mesmo dia, pelas 14 horas e 30 minutos, o cônjuge da trabalhadora veio a exigir, na presença da arguida, que fossem satisfeitas as exigências relatadas nos pontos 1.3.5 do parecer, tendo a empresa informado que não procederia a tais descontos, dado que estes não foram efectuados na devida altura, por culpa exclusiva da trabalhadora-arguida.
 - 1.4.10. Perante o referido, a trabalhadora respondeu: “Ai é por minha culpa?! Se é por minha culpa vou-me embora e ... tirou o avental e saiu com o cônjuge”.
 - 1.4.11. Desde 13 de Setembro de 2001, nunca mais a arguida se apresentou ao serviço da arguente, “... sendo certo que em 10.10.01, por carta registada c/ aviso de recepção, ... exige que lhe sejam feitas as contas no prazo de 15 dias”.
 - 1.4.12. A trabalhadora no período compreendido entre 14 de Setembro e 14 de Outubro de 2001, faltou injustificadamente 25 dias úteis seguidos sem que a empresa tenha recebido qualquer comunicação que justifique a sua ausência, o que “... configura um abandono súbito e intempestivo do local de trabalho”.
 - 1.4.13. Assim, violou o dever de comparecer ao serviço com assiduidade e realizar o trabalho com zelo e diligência, o que acarretou graves prejuízos para a empresa e lesou os seus interesses patrimoniais. Como consequência do seu comportamento, que é grave e culposo, tornou impeditiva a subsistência da relação laboral.
 - 1.4.14. Por último, a nota de culpa refere que a arguida com a sua conduta violou o n.º 1, alínea b) do art.º 20.º do Decreto-Lei n.º 49408, de 24.11.69, e, como tal, a situação “... enquadra-se no disposto nos n.º 1, 2, 3, 4, 5, do art.º 40.º do DL 64-A/89, de 27 de Fevereiro, bem como alíneas d), e), e g), do art.º 9.º do mesmo diploma”.
- 1.5. Na resposta à nota de culpa, a trabalhadora nega, na generalidade, os factos constantes da acusação, referindo nomeadamente que:
- 1.5.1. Foi admitida para trabalhar ao serviço da Confeitaria “...”, em 17 de Abril de 2001, tendo sempre comparecido com assiduidade.
 - 1.5.2. Conforme acordado com a empresa, o período a título experimental ocorreu até 30 de Abril do corrente ano. Após isso e desde Maio de 2001, pressionou a sua ex-entidade patronal para que a inscrevesse na Segurança Social, tendo inclusive em Junho de 2001 entregue toda a documentação para esse efeito, nomeadamente o bilhete de identidade e o número de contribuinte.
 - 1.5.3. Em Julho passado soube que se encontrava grávida e como tal pressionou ainda mais a arguente para que a inscrevesse na Segurança Social.
 - 1.5.4. Em 12 de Setembro de 2001, a sua ex-entidade empregadora solicitou-lhe que assinasse um impresso modelo dos Serviços da Segurança social, que se encontrava em branco. Perante este facto, pediu para levar o impresso para casa, para o analisar e que o entregaria no dia seguinte. Pedido que não lhe foi concedido.
 - 1.5.5. No entanto, no dia seguinte, a arguente volta a apresentar-lhe o documento já preenchido, mas nele constava como início da prestação de trabalho a data de 13.09.2001. Facto este que a levou a recusar a assinar o referido documento.
 - 1.5.6. Em face da recusa em assinar tal documento, a ex-entidade empregadora veio a exigir que caso não assinasse não voltaria a trabalhar para a arguente, tendo nessa sequência a trabalhadora solicitado que lhe fosse permitido levar o documento a fim de se informar se o podia assinar com a data de 3.09.2001 e obteve a resposta que “ou assina ou não volta a trabalhar naquele estabelecimento”.
 - 1.5.7. Em face das afirmações proferidas pela Gerência da empresa, a ex-trabalhadora solicitou informação se, caso não assinasse o documento, seria despedida, tendo obtido como resposta “entenda como quiser! Mas se não assina vai ... embora”.
 - 1.5.8. Em 14 de Setembro de 2001, enviou à Segurança Social uma carta a expor a situação e a informar que fora alvo de um despedimento verbal.
 - 1.5.9. Em razão de se ter dirigido à empresa para lhe serem pagas todas as importâncias devidas legalmente, a empresa quis pagar-lhe 13 dias de trabalho respeitantes ao mês de Setembro. Como não concordou, enviou uma carta a reiterar que lhe fossem pagas todas as importâncias em dívida, nomeadamente a indemnização por despedimento ilícito. Em resposta, surgiu a presente nota de culpa.
 - 1.5.10. A sua não comparência no serviço desde 13 de Setembro deve-se ao facto de “... ter sido ... despedida verbalmente...”.

- 1.5.11. Conclui e requer a respondente o arquivamento do processo disciplinar e "... em consequência, considerar-se provado que ... foi despedida ilicitamente, pela aqui ex-entidade patronal, ...".
- 1.5.12. Em 27 de Novembro de 2001, a CITE recebeu da advogada da trabalhadora um fax acompanhado de várias documentação que confirma que a trabalhadora arguida se encontra grávida, facto do qual teve conhecimento em Agosto de 2001.

II - ENQUADRAMENTO JURÍDICO

- 2.1. No que se refere à tramitação do referido processo disciplinar, constata-se que após a entrega da nota de culpa, o instrutor do processo ouviu depoimentos de testemunhas da entidade patronal, que incluem aspectos não constantes na nota de culpa - págs. 30, 32 e 34 dos autos - sem que a trabalhadora-arguida tivesse possibilidade de conhecer e eventualmente contraditar esses depoimentos, o que violou as garantias de defesa e o princípio do contraditório, conduzindo à nulidade do processo disciplinar, conforme resulta do art.º 32.º n.º 10 da CRP e da Lei dos Despedimentos, art.º 10.º n.ºs 4 e 9 e art.º 12.º n.ºs 1 e 3b).
- Com efeito, "é nulo o processo disciplinar se ocorrer falta de audiência do trabalhador arguido; este existirá sempre que tenha sido posto em causa o princípio do contraditório e bem assim as garantias da defesa". (AC. RC de 14/3/1990: BTE, 2.ª SÉRIE, N.ºs 1-2-3/94 Pág. 184).
- 2.3. Cabendo o ónus da prova à entidade empregadora por força do art.º 24.º da Lei da Protecção da Maternidade e da Paternidade, afigura-se não se encontrarem comprovados os factos alegados pela arguente na nota de culpa em face da violação do princípio do contraditório referido no ponto 2.1. do presente parecer.
- 2.4. Acresce que o n.º 2 do art.º 24.º do Decreto-Lei n.º 70/2000, de 4 de Maio, refere que o "despedimento de trabalhadoras grávidas, puerperas ou lactantes se presume feito sem justa causa".
- 2.5. Assim, caso a trabalhadora não aceite a reintegração por se considerar despedida, terá a mesma que fazer prova em sede judicial em como foi alvo de despedimento. E caso se venha a apurar que o despedimento foi inválido, a trabalhadora terá direito a ser reintegrada se o pretender, ou em alternativa a ser indemnizada no dobro do previsto na lei geral ou em convenção colectiva aplicável, sem prejuízo, em qualquer caso, de indemnização por danos não patrimoniais, conforme n.º 8 do art.º 24.º do Decreto-Lei n.º 70/2000, de 4 de Maio.

III - CONCLUSÕES

- 3.1. O processo disciplinar encontra-se ferido de nulidade por violação do princípio do contraditório.
- 3.2. Os factos alegados na nota de culpa pela arguente não foram comprovados.
- 3.3. Caso a trabalhadora não aceite ser reintegrada, terá que fazer prova em sede judicial em como foi despedida.
- 3.4. Caso o despedimento seja considerado inválido pelo Tribunal, a trabalhadora terá direito a ser reintegrada, ou em alternativa a ser indemnizada de acordo com o n.º 8 do art.º 24.º do Decreto-Lei n.º 70/2000, de 04 de Maio.
- Assim, em face do que precede, a CITE não é favorável ao despedimento da trabalhadora grávida

APROVADO POR UNANIMIDADE DOS MEMBROS PRESENTES NA REUNIÃO DA CITE DE 17 DE DEZEMBRO DE 2001